

-5 DEZ 1989

Congresso mantém cortes ao Exército no Orçamento

Carlos Menandro

A Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional aprovou ontem oito relatórios setoriais, alguns com destaques, sobre o Orçamento Fiscal de 1990, entre eles o do Ministério do Exército, que vai continuar com um corte equivalente a NCz\$ 100 milhões, conforme foi aprovado na primeira etapa dos trabalhos da Comissão, por sugestão do relator-geral, Eraldo Tinoco (PFL-BA).

O relator setorial da parte do orçamento relativa ao Ministério do Exército, deputado Paes Landim, propôs alterações somente na questão das prioridades dos investimentos do setor, sem alterar os limites de recursos, e a transformação de NCz\$ 65 milhões de créditos incondicionados em créditos condicionados. Isso significa que além do corte de NCz\$ 100 milhões, o Ministério do Exército ficará ainda na dependência de o Congresso aprovar o pacote fiscal, para ter a garantia de NCz\$ 65 milhões. Caso o pacote não seja aprovado, os recursos serão cancelados.

Os cortes relatados por Paes Landim atingiram principalmente os programas de estruturação das forças terrestres (NCz\$ 55,98 milhões), Complemento das Organizações Militares (NCz\$ 9 milhões), Suprimento de Material Bélico (NCz\$ 30 milhões) e suprimento de material de intendência (NCz\$ 5 milhões).

Justiça

Já o relator da área orçamentária relativa ao Ministério da Justiça, deputado João de Deus Antunes, destacou como prioridades para o setor a reestruturação do sistema penitenciário, a valorização humana do preso, manutenção do sistema de processamento de dados, manutenção das atividades do Departamento de Polícia Federal e manutenção das atividades do Ca-



Irma Passoni questionou Cid sobre verba de US\$ 140 milhões apenas para o pessoal do DPF

de (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e de Defesa dos Direitos da Mulher.

Foram rejeitadas 104 das 133 emendas apresentadas pelos parlamentares ao relator setorial, segundo ele explicou, por absoluta carência de recursos. A deputada Irma Passoni, do PT, questionou a destinação do equivalente a US\$ 140,9 milhões em 1990, de um total geral de US\$ 203,7 milhões das despesas de pessoal do Ministério

da Justiça, apenas para a Polícia Federal. Questionou ainda o fato de apenas dois órgãos independentes de combate às drogas serem contemplados pelo relator setorial — o Fundo de Prevenção, Recuperação e de combate às Drogas, para o atendimento ao "Desafio Jovem do Ceará", com o equivalente a US\$ 150 mil, e a Confederação Evangélica do Brasil, em Brasília, com o equivalente a US\$ 550 mil.

Pareceres

A Comissão examinou ainda

ontem à noite os pareceres setoriais do Incra; da Cultura; da Fazenda; da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus); da Telebrás e BNDES.

O relatório final da Comissão será entregue nesta sexta-feira próxima ao presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro, para que ele marque o dia em que os orçamentos de 1990 serão submetidos à votação em plenário.